

historia: fronteiras



Vol. I

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)



Volume I

História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

ESCREVENDO A NAÇÃO, SUAS FESTAS E SUAS RELIGIÕES: COLÔMBIA, SÉCULO XIX

Jaime de Almeida
Universidade de Brasília

Estudar os registros escritos das – ou sobre as – festas, disponíveis no interior do conjunto vasto e complexo de textos relativos ao processo de independência do Vice-Reino da Nova Granada e às primeiras formas de organização republicanas (República de Colômbia, 1819-1830; República da Nova Granada, 1831-1858), focalizando em especial o Governo de Popayán, permite-nos uma aproximação a temas até agora pouco explorados pela historiografia hispano-americanista brasileira como, por exemplo, a vida religiosa, a cultura e o sistema educacional durante as primeiras décadas da experiência republicana na Colômbia. Neste texto, testaremos a seguinte hipótese: no processo de constituição da “comunidade imaginada”, as festas cívicas podem ser lidas como tentativas de representação do conceito iluminista de “nação-contrato”, enquanto as festas religiosas seriam, num primeiro momento, a reafirmação do imaginário monárquico hispânico e, pelos meados do século, representações do conceito romântico de “nação-instinto”.

Dentre os vários desafios metodológicos que nos são impostos desde que nos interessamos pela festa como objeto historiográfico, um daqueles que se apresentam como incontornáveis é a reavaliação das relações entre História e Memória. Cabe perguntar se estamos dispostos a enfrentar nosso objeto inserindo-nos na idade historiográfica da História, apontada em 1984 por Pierre Nora¹. A ruptura epistemológica proposta por Nora implica a reavaliação dos compromissos e contatos entre a memória da festa e a historiografia da festa. A prática historiográfica passa-

ria a cumprir um programa subversivo de recomposição do passado, de crítica da tradição global que nos foi legada, o que implica também um retorno reflexivo da história sobre ela mesma.

Neste distanciamento entre História e Memória, problematizar a festa implicando problematizar o estatuto das histórias nacionais, das identidades, da cultura política etc, nossa postura diante das fontes é crucial, pois não somente uma grande parte das festas, mas talvez a maioria dos textos relativos a elas, são autênticos “lugares de memória”. Mona Ozouf, num texto teórico de 1976 que praticamente oficializou a introdução da festa entre os objetos da História², já alertava contra a tentação de acreditar na relação entre festa e consciência histórica. Tratando das festas da revolução francesa, Mona Ozouf perguntava se tais festas revolucionárias “afirmavam” a História, ou “fugiam” dela. As fontes disponíveis para o seu estudo eram, em sua maioria, produzidas pelos organizadores das festas revolucionárias, cujo marcado interesse pelo memorialismo, bem como suas intenções didáticas, não haviam sido suficientemente criticados pelos primeiros historiadores que utilizaram aqueles textos. Deixaram-se suggestionar pela retórica das fontes e disto resultou a supervalorização da interpretação política das festas revolucionárias. Para Aulard³, cada festa se explicava pela conjuntura política; já Mathiez⁴, contra Aulard, propôs a tese da transferência da sacralidade, que também redundava na supervalorização das intenções dos organizadores, no predomínio do que se pretendia sobre aquilo que foi vivenciado. Ambos os historiadores afirmaram, sem provas, vínculos entre a intenção dos organizadores e a História; mas, como observou Mona Ozouf, as festas da Revolução Francesa eram sempre comemorações matinais celebrando as situações revolucionárias de uma forma que ressuscitava uma situação arquetípica, e que não pretendia de modo algum provocar uma recordação; repetições que buscavam corroer o choque perturbador e apagar as ameaçadoras novidades do acontecimento.

Numa daquelas festas revolucionárias, por exemplo, a da Reconquista de Toulon, a História era uma das alegorias do cortejo: num carro, ao lado da Pintura e da Vitória, a mulher que a encarnava tinha a mão esquerda apoiada sobre um livro doura-

do, “e com a direita, com uma soberba pena de pavão, fingia escrever as façanhas dos guerreiros (franceses)”. Esta é, justamente, insiste Mona Ozouf, a história apreendida pela festa— pelo menos, por aquelas festas revolucionárias: uma falsa história, registradora de uma única possibilidade.

Para escapar às armadilhas de fontes como esta e ultrapassar a supervalorização do projeto político dos organizadores/redatores das festas revolucionárias, a historiadora definiu um conjunto de estratégias de leitura: atentar para o que foi dito, visto, realizado; as voltas e rodeios dos cortejos, os objetos sagrados que desfilam, as estruturas percíveis que estampam fórmulas, as imagens; e finalmente, procurar encontrar o sentido nestas aparências. Tanto os textos dos organizadores como a estrutura interna das festas (emblemática e ritual) demonstraram: a comemoração é uma conjuração; sua finalidade conservadora visa impedir “novos desvios”, novos surtos de violência. O resultado a que chegou pode ser assim sintetizado: as festas toleram mal a mudança; as festas (da revolução francesa) revivem uma história remanipulada, reajustada, reprimida; esforçam-se por neutralizá-la num rito; buscam sempre corrigir sua imprevisível indeterminação, numa imensa empreitada de retificação.

Encerremos esta retomada de um texto surpreendentemente contemporâneo, que talvez ainda não tenha sido enfrentado na maioria de nossas incursões historiográficas, com um balanço: festas revolucionárias, ou simplesmente festas da revolução francesa, já que a obsessão pela ordem predomina sobre a vontade de subversão? Afinal, “tivemos de ser revolucionários para fundar a Revolução; mas para conservá-la, é preciso deixar de sê-lo”, disse um destes dirigentes. Derrotada a Revolução e desmoronando-se todo o seu sistema de festas, nem por isto desapareceram os novos valores que estas haviam sacralizado: os direitos, a liberdade e a pátria, que tinham sido tantas vezes atados entre si por aquelas festas repetitivas, deliberadamente enquadradas pelo nascer do sol, haviam realizado uma transferência de sacralidade essencial. Estes valores políticos e sociais sacralizados haviam definido uma nova legitimidade e um patrimônio intocável a partir de então, que caracterizam o mundo moderno, laico e liberal. Desta

forma, conclui Mona Ozouf, as festas revolucionárias de fato cumpriram o que encenavam: o começo dos tempos⁵.

Como se vê, estudar as festas como objeto da história nos leva a perseguir questões de fundo entre as quais se destaca inevitavelmente o tema da sacralização da política⁶, bem como o seu desdobramento lógico: como se entrelaçam os valores do mundo que nos constitui, qual é o tecido constitutivo da tradição global que nos foi legada? No emaranhado de instituições, valores, símbolos, representações e práticas que articulam e associam o Estado, a Sociedade e a Nação, qual é o grau de eficácia das festas?

A pesquisa que venho desenvolvendo tem como objeto as festas de uma região do antigo vice-reino da Nova Granada, a governação de Popayán. O recorte temporal – 1780-1850 – foi estabelecido intencionalmente para inserir o período relativamente curto da independência – 1810-1822 – numa duração quase longa que comporta pelo menos 04 conjunturas bastante definidas. Mas não tenho nenhuma inclinação para especular a propósito de alguma longa duração ligando os colombianos de hoje aos neogranadinos daquele recorte. Destacarei neste texto alguns problemas ligados ao processo de independência e da experiência republicana, arriscando-me a colocar uma pergunta, inspirada por Benedict Anderson⁷ e por Eric Hobsbawm⁸, que irritará sem dúvida a maioria de meus colegas historiadores colombianos: se as nações são comunidades imaginadas, qual teria sido a comunidade projetada, e vivenciada, nas festas de Popayán, entre 1810 e 1850?

Meu principal interlocutor é o historiador alemão Hans-Joachim König, cuja tese *En el camino hacia la nación. Nacionalismo en el proceso de formación del Estado y de la Nación de la Nueva Granada, 1750-1856*⁹ avaliou a ingerência, as funções e tendências do nacionalismo no processo de formação da nação colombiana. O objeto central de seu estudo foi o nacionalismo: as condições que o originaram, suas funções e sua interrelação com os projetos da nação a construir, ou seja, a “influência ativa, a construção da nação e não o processo total de formação da própria nação”, tarefa que exigiria, como ele reconhece, uma análise muito mais detalhada da integração regional e econômica¹⁰. A tese foi organizada so-

bre 03 cortes transversais: o primeiro cobre o período de meados do século XVIII ao fim da era colonial, quando ainda não havia um Estado Nacional, mas já se articulava frente ao poder colonial a exigência de uma certa autonomia que, no marco de referência do império espanhol, concebia-se como uma autonomia “regional”.

Em seguida, König estuda o resultado da ação do incipiente patriotismo neogranadino e do movimento nacional, isto é, o Estado então constituído, em sua primeira fase (1810-1816), quando a emancipação política demandou novos pontos de referência para justificar a fundação do novo sistema político e para poder afirmar sua legitimidade junto aos próprios habitantes. König concentrou sua atenção nos esforços da classe dirigente da Nova Granada no sentido de criar um sentimento nacional desde a fundação desse Estado, e no modo como ela enfrentou os problemas vinculados com a formação de uma nova identidade: que meios, instituições e símbolos foram utilizados, com que critérios se constituiu a nova unidade nacional. Esta curta experiência, que logo passou a ser chamada de “Pátria Boba”, foi tumultuada por conflitos armados entre Bogotá e outras províncias, que facilitaram a reconquista espanhola.

O período seguinte focaliza a segunda fase de fundação do Estado (1819-1830/31), reunindo as grandes regiões do antigo vice-reino da Nova Granada na República de Colômbia – hoje chamada Grã-Colômbia por comodidade. O novo Estado, que correspondia à necessidade de prosseguimento da guerra contra a Espanha (boa parte do reino de Nova Granada, em especial a governação de Popayán, que me interessa mais de perto, e o reino do Equador, estavam em poder das forças realistas, bem como o Peru e o Alto Peru). Hans-Joachim König analisou, neste período, a forma como a classe dirigente neogranadina se comportou diante do desafio que consistiu em, sem deixar de perseguir a justificação da fundação do Estado, priorizar o problema das fronteiras, da extensão do Estado, ou seja, concretamente, como lograr a aceitação do Estado pela população. Em especial, König verificou se os critérios de definição da nação, que haviam sido formulados nas conjunturas anteriores, e que se aplicavam a Nova Granada, tiveram de ser reformulados; a que recursos teria apela-

do a classe dirigente neogranadina para superar o patriotismo regional e forjar a identificação das populações com o Estado da (Grã) Colômbia. Como se sabe, logo que se completou em 1824 o esforço militar conjunto contra a Espanha no Peru e no Alto Peru, as rivalidades regionais prevaleceram novamente e a Grã-Colômbia se desarticulou de modo irreversível às vésperas da morte de Simón Bolívar.

A última conjuntura estudada por Hans-Joachim König corresponde ao período de existência de uma nova forma de Estado soberano, a República da Nova Granada (1831-1856) cujas fronteiras correspondiam bastante às da atual República da Colômbia, com exceção da antiga Província do Panamá, perdida em 1903. É então que os dirigentes neogranadinos puderam se dedicar à consolidação do sistema republicano e a construir efetivamente a nação, que ainda não existia. As expectativas suscitadas pelas experiências anteriores não tinham sido cumpridas; persistiam as velhas estruturas econômicas coloniais enquanto se ensaiavam novas formas de inserção na economia mundial. O desafio enfrentado pelo nacionalismo passava então a ser o do processo de modernização do Estado e da economia, mobilizando agora setores da população, como em especial os artesãos urbanos, na tentativa de criar sua imprescindível base política. As perguntas formuladas a este nacionalismo resultante da pressão de interesses insatisfeitos, e que se manifestou sobretudo na *praxis* política e se concentrou no desenvolvimento nacional, são: com que recursos o nacionalismo ganhou adesão para sua base política? Que sistema econômico, que instâncias sociais e administrativas encarnaram as metas e os conteúdos nacionais? Que grupos se beneficiaram com a política nacional? Ou ainda: esta política nacional constituiu um passo decisivo rumo à Nação? O nacionalismo orientado para o desenvolvimento teria impulsionado uma mudança social garantindo a participação e sua legitimação, ou teria se convertido num mero instrumento de defesa dos privilégios de certos grupos diante daqueles setores da população que ele mesmo havia mobilizado?

A tese de Hans-Joachim König tem uma forte perspectiva funcionalista. Principia pelas condições que deram origem ao na-

cionalismo, pergunta pelas funções que desempenhou e como estas variaram ao longo de algumas décadas do século XIX, demonstra que existiu no período 1750-1856 uma relação importante entre o nacionalismo e processo de modernização, e conclui avaliando as limitações do projeto nacional. O passo necessário para a formação da nação deixou de ser dado – para isto teria sido necessário aplicar o ideário liberal, que chegou a ser apropriado por setores populares como as sociedades de artesãos – porque os grupos dirigentes da Nova Granada, em especial a burguesia de comerciantes, intimidados por essa radicalização plebéia, conformou-se com o pequeno grau de modernização social e econômico alcançado até então e transformou o nacionalismo anticolonial e modernizador numa ideologia de elite para legitimar seu *status* econômico e social e para se defender contra as pressões dos estratos inferiores. Em lugar de conduzir à participação, desmontando as diferenças sociais e regionais, o nacionalismo passou então a reforçá-las. Assim, como a liberdade e a igualdade não eram efetivas para o conjunto da população, e como não se criaram condições econômicas favoráveis à expansão dos direitos de igualdade e de participação política, estava evidente, conclui Hans-Joachim König, que pelos meados do século XIX a Nova Granada ainda não constituía uma nação.

Ao perguntar pelo sentido do projeto identitário das festas de Popayán, não entro, portanto, em choque com a interpretação proposta por Hans-Joachim König para o processo maior no qual a história da província se insere. Pretendo dedicar maior atenção a um fenômeno sócio-político pouco levado em conta por ele: durante o processo de independência, e a seguir, durante a maior parte do século XIX, Popayán é uma das capitais de província mais inclinadas ao separatismo ou ao federalismo, mas é também aquela cidade de onde sai a maioria dos presidentes da república e ditadores em Bogotá.

Encontro na tese de doutorado de Marcos Pérez González sobre as festas colombianas do século XIX uma pista importante para a entender a presença de tantos chefes políticos de Popayán no governo central da Nova Granada como sintoma da persistência de um sistema tradicional de solidariedades assentado em relações de parentesco: Joaquín Mosquera ocupou a presidência da

República da [Grã] Colômbia quando Simón Bolívar renunciou em 1830; o general José María Obando, tido como membro bastardo da família Mosquera, ocupou a presidência em 1831, até a posse de José de Paula Santander. Em 1841 é presidente o general Pedro Alcántara Herrán, genro de Tomás Cipriano de Mosquera, que foi seu sucessor em 1845 e que era por sua vez irmão do ex-presidente Joaquín Mosquera. Em 1849 foi eleito o general José Hilario López, e em 1853 o seu conterrâneo, o general José María Obando, que ocupou a presidência pela segunda vez. Destituído Obando, o poder passou ao latifundiário escravista caucano (isto é, da região do Cauca, cuja capital é Popayán) Manuel María Mallarino. Quatro anos depois, o general Tomás Cipriano de Mosquera comanda uma rebelião que o conduz de novo à presidência; nas eleições que seguem, o Partido Conservador apresenta contra ele a princípio o seu genro, o ex-presidente general Pedro Alcántara Herrán, e depois o seu sobrinho, general Julio Arboleda. Por outro lado, durante todo este tempo, o posto de arcebispo de Bogotá foi ocupado pelo monsenhor Fernando Caicedo, parente do general Domingo Caicedo, que havia sido presidente em 1831 e várias vezes vice-presidente da república; pelo monsenhor Manuel José Mosquera, irmão dos presidentes Joaquín e Tomás Cipriano de Mosquera, e pelo monsenhor Antonio Herrán, irmão do general presidente Pedro Alcántara Herrán¹¹.

Está claro que esta rede de solidariedade de tipo tradicional que açambarcava o poder civil e eclesiástico também se apresentava na população em geral – e não apenas em Popayán – conformando mentalidades e formas de associação que tolhiam o avanço das estruturas de tipo liberal e democrático que se associam ao conceito de nação.

Uma série de 46 juramentos prestados pelos chefes políticos e pelos funcionários públicos de Popayán durante os anos 1830 e 1834¹² constitui uma fonte muito interessante para uma aproximação aos símbolos e valores do ritualismo republicano, já que os 46 juramentos anotados durante este curto período de tempo apresentam variações notáveis em meio a uma série de nuances igualmente significativas. A estrutura de cada registro é sempre a mesma: lugar e data, nome e local, cargo e motivo da nomeação, auto-

ridade que recebe o juramento, forma/fórmula do juramento, promessa de obediência à suprema autoridade, promessa de cumprir com os deveres do cargo assumido. Os juramentos foram prestados por autoridades importantes: chefe político, governador, chefe de polícia, chefe dos Correios, funcionários da Casa da Moeda, arrecadadores de impostos, reitor da Universidade etc.

A variação mais evidente que se destaca em certos conjuntos de registros deste ritual cívico republicano essencial é a notável falta de definição da autoridade suprema à qual se presta juramento. As fórmulas mais típicas, neste caso, são: “obedecer às autoridades constituídas” que não são nomeadas, “obedecer ao governo da República” que não é designada, “obedecer e manter a Constituição e leis do Estado” que não se identificadas, ou ainda, apenas, obedecer ao “Supremo Governo”. Um primeiro conjunto de tais juramentos pouco claros aparece justamente nos 08 registros iniciais do livro, entre os quais figuram 04 invocações religiosas. Estas fórmulas de juramento em que não se nomeia claramente a República da [Grã] Colômbia e se apela diretamente a Deus, correspondem à situação de vácuo institucional aberta em 1830 pela renúncia de Bolívar e agravada pela anexação de Pasto pela recém-criada República do Equador, pelo assassinato do general Sucre a caminho do Equador em junho e o golpe militar do general venezuelano Urdaneta em Bogotá em julho. Como José María Obando e José Hilario López, que haviam liderado a oposição contra a ditadura de Bolívar e estavam no comando da província, foram acusados pelo governo militar de Urdaneta de envolvimento no assassinato de Sucre, o Cabildo de Popayán e a Prefeitura do Departamento do Cauca desligaram-se da República da [Grã] Colômbia em setembro daquele ano e convocou-se a assembléida geral dos deputados do Departamento para novembro. Esta conjuntura crítica, em que tal decisão provavelmente estava sendo cogitada desde janeiro, explica portanto porque ficaram bastante obscuras as fontes de legitimidade dos chefes e diretores nomeados para instituições estratégicas em Popayán como a Chefatura Política, Chefatura de Polícia, Tesouraria Departamental, Administração Geral de Alcabalas, Administração de Tabacos, dos Correios, Casa de Fundação etc, nomeados por um certo “superior

governo” ao qual, “com a formalidade de costume”, juraram “por Deus Nosso Senhor e sinal da cruz”.

Nossa fonte apresenta aqui um longo hiato, de outubro de 1830 até abril de 1831, quando se inicia um novo conjunto de registros de juramentos públicos republicanos. Mas não figura aí uma cerimônia muito mais solene, a jura coletiva de fidelidade que se realizou a 08 de janeiro na Plaza Mayor de Popayán, quando todas as autoridades locais prestaram juramento à bandeira e à Constituição do Equador. Logo mais, estes mesmos dirigentes venceram militarmente as tropas enviadas pelo governo militar de Bogotá, e todas as cidades do Vale do Cauca, cujos deputados se mostravam até então reticentes na assembléia departamental, também aderiram à República do Equador. Com tais adesões o novo Estado ampliava suas fronteiras para mais além das fronteiras coloniais do antigo Reino de Quito, que não haviam sido respeitadas em 1819 quando se constituíra a República da [Grã] Colômbia sem nenhuma representação quitenha.

350

O novo conjunto de 15 juramentos feitos entre 20 de abril e 10 de novembro de 1831 é notável por sua linguagem republicana: nenhuma posse de emprego público apresenta qualquer indício de invocações religiosas. Apenas a primeira cerimônia, em que toma posse o Prefeito do Departamento José Antonio Arroyo, menciona a presença do bispo; este é o único juramento mais distanciado dos padrões republicanos e equatorianos. Somente 02 registros não nomeiam explicitamente o Estado do Equador, e tais omissões não parecem inocentes: os registros oscilam entre a fórmula clara do juramento segundo as leis e Constituição do Estado Equatoriano, e certas formulações evasivas em que a fidelidade jurada ao Equador se afirma somente por implicação lógica.

A exceção mais notável, sem nenhuma referência direta ao Estado do Equador, é justamente o registro do primeiro juramento; o doutor José Antonio Arroyo, em presença do bispo e de todas as corporações e funcionários, tomou posse como Prefeito do Departamento do Cauca, “nombrado por el gobierno del Estado”, e jurou “obedecer y sostener la Constitución y Leyes del Estado, y de hacerlas obedecer y cumplirlas”. O registro da ceri-

mônia celebrada imediatamente após a posse do Prefeito acrescenta um dado essencial que, na verdade, não elimina por completo a indefinição. Invertem-se os papéis: Francisco José Quijano – até então Prefeito interino, perante quem José Antonio Arroyo presta seu juramento – apresenta-se por sua vez diante do novo Prefeito e faz seu juramento “en la forma acostumbrada; por el cual prometió cumplir fielmente con los deberes de su destino, y obedecer a las autoridades constituidas”. Buscou-se atenuar a indefinição deste segundo registro de juramento indicando que Quijano tomava posse do cargo de Corregedor do Distrito, “nombrado en propiedad por el supremo gobierno del Ecuador”.

Os escrivães públicos conheciam certamente as sutilezas de tais escrituras. Assim, parece evidente que os principais chefes políticos de Popayán, no momento crucial de jurar fidelidade ao Estado Equatoriano, ao qual haviam decidido voluntariamente submeter-se, ou pelo menos ao registrar oficialmente a cerimônia, fizeram-no de uma forma evasiva que contrasta com os juramentos seguintes, feitos por autoridades menores.

Terminada a guerra civil com a vitória de José María Obando, nomeado ministro da guerra da República da Nova Granada, os mesmos chefes políticos responsáveis pela anexação ao Equador, como resposta à ditadura de Urdaneta, convocaram uma Convenção com a finalidade de incorporar Departamento do Cauca a esta nova República. O Estado do Equador reclamou as regiões de Pasto e Buenaventura como suas fronteiras naturais, mas sem condições de resistir às tropas neogranadinas, reconheceu em 1832 os limites que haviam sido estabelecidos em 1824. Pasto, Popayán, o Vale do Cauca e a costa pacífica voltavam a ter Bogotá como centro político.

A série de juramentos públicos feitos pelas autoridades de Popayán nesta nova conjuntura apresenta algumas variações que poderiam parecer prosaicas ou aleatórias. Há uma alternância entre momentos que mencionam claramente a República da Nova Granada, e momentos em que se optou por fórmulas mais ou menos evasivas. Há uma primeira seqüência de 10 registros em que a República da Nova Granada aparece 09 vezes nomeada de forma explícita, entre fevereiro de 1832 e janeiro de 1834. Ocor-

re um pequeno hiato, dois registros a finais de janeiro de 1834, com expressões vagas. Seguem 04 juramentos registrados com claras referências à Nova Granada, entre fevereiro e outubro de 1834. O caderno termina com 06 juramentos redigidos evasivamente, não mencionando explicitamente a República da Nova Granada, de outubro a dezembro. O último juramento retoma outra característica especial, a invocação religiosa explícita, na cerimônia de posse do vice-reitor da Universidade. Os dirigentes políticos de Popayán estariam expressando assim novo distanciamento frente ao governo de Bogotá.

O ex-vice-presidente da República da [Grã] Colômbia, Francisco de Paula Santander, que se encontrava no exílio, assumindo a presidência da República da Nova Granada, reintroduziu no comando do processo de ordenamento institucional algumas propostas liberais que haviam causado atritos bastante sérios com o clero católico que permaneceu submetido à autoridade do Estado pelo regime do Padroado e chamado a sacralizar as instituições, tal como o fizera quando estas eram a princípio [grã] colombianas, depois equatorianas, agora neo-granadinas, sempre cumprindo minuciosas disposições da Secretaria do Interior. A diocese de Popayán, ocupada pelo bispo espanhol don Salvador Enciso, que havia lutado tenazmente contra a independência a ponto de excomungar os patriotas, que aderira à República em 1822 graças aos cuidados tomados por Bolívar, tornou-se o principal foco de resistência contra a laicização do ensino e o controle político sobre o clero.

O ano de 1834 apresenta uma verdadeira guerra de símbolos e ritos. Em janeiro começou a discussão do projeto que designava as armas e bandeira da República da Nova Granada; em maio foi promulgada a respectiva lei; em fevereiro, um decreto fixou os termos do juramento a ser prestado pelos eclesiásticos; em março, chegou a notícia auspiciosa do reconhecimento da Nova Granada pelo Papa Gregório XVI e pouco depois o breve papal que reduzia o número de festas religiosas, reforma proposta em 1826 pelo Secretário do Interior José Manuel Restrepo sob a administração do vice-presidente Santander; em setembro, foi publicado decreto sobre o juramento à nova bandeira

pelas tropas do Exército e Armada, cuja aplicação imediata provocou uma sucessão de juras de fidelidade às autoridades constituídas; modificou-se o uniforme dos soldados do Exército e a bandeira da Guarda Nacional enquanto se regulava ainda a forma de juramento dos funcionários militares, civis e da fazenda.

Por sua vez, o Cabildo de Popayán mobilizou-se, desde agosto de 1833, para evitar a supressão do Colégio de Missões de São Francisco, a única corporação de clérigos regulares que restara na cidade. O perigo estaria em sua classificação como convento menor. O esforço de conservação dos conventos se articula com a criação de escolas, e neste assunto Popayán se destacava. Mais importante ainda era o controle sobre o que se devia ensinar em tais escolas. A diocese de Popayán foi uma das mais firmes contra as idéias de Jeremias Bentham no ensino universitário. A polêmica se avolumou na imprensa neogranadina no segundo semestre de 1835. A série completa da campanha movida pelo clero de Popayán foi compilada em 1836 com o título *El Benthamismo descubierto a la luz de la razón os documentos importantes para los padres de familia, extractados del Constitucional de Popayán*.

353

O governo central tratava de eliminar com energia o risco de novas rebeliões. O presidente Santander fez das execuções capitais um intento pedagógico de duvidoso êxito, comparecendo a elas e ganhando a imagem de homem implacável¹³. Os pedidos de clemência ao jovem húsar Manuel Anguiano que, segundo a opinião pública, só havia sido condenado à morte por não ter delatado seu pai adotivo, general Sardá, foram negados por Santander, que se justificou apelando às doutrinas de Jeremias Bentham. A repressão contra a rebelião de Sardá alcançou alguns eclesiásticos e acirrou contradições entre o governo e os religiosos. Os certames públicos que encerravam o ano em todas as escolas tornaram-se palcos especiais para a polêmica sobre o ensino de Jeremias Bentham e outros autores considerados heréticos pelo clero.

Pouco antes de ser nomeado Arcebispo de Bogotá, o provisor da diocese de Popayán, Manuel José Mosquera, enviou à Secretaria do Interior um informe muito claro sobre a atuação de frades equatorianos em território neogranadino, pregando ao povo contra a supressão de seus conventos em Popayán. Portanto, enquan-

to se intensificava a desconfiança do governo central contra os eclesiásticos, em Popayán se manifestava uma campanha contrária ao governo, por sua política de supressão dos conventos; as autoridades locais, especialmene aquelas ligadas à Universidade do Cauca e, portanto, ao bispo Don Salvador Enciso, estavam na oposição.

A razão maior dos atritos entre Popayán e Bogotá, perceptíveis na forma como foram registrados os últimos juramentos públicos da fonte que estamos examinando, era um projeto de lei que retirava a Província do Vale do Cauca do território da Província de Popayán, que a Câmara Legislativa começou a discutir em junho de 1833. Outra dimensão do conflito apareceu quando em abril a diocese de Popayán reclamou o pagamento de uma enorme dívida do governo central relativa à renda dos dízimos desde o ano de 1822; em outubro circulou na cidade um folheto, talvez relacionado a um jornal governista recém fundado, que provocou um incidente: o bispo Salvador Enciso, sentindo-se ultrajado, solicitou um passaporte para deixar o país. O governo não discutiu o mérito da questão, recorreu a disposições formais, e sua imprensa minimizou o assunto enfatizando o procedimento absolutamente legal do poder executivo. Ainda não encontrei o desfecho deste incidente; o bispo permaneceu em Popayán.

354

Vemos, portanto, que o comportamento esquivo das autoridades provinciais de Popayán no momento de jurar fidelidade ao Estado, apresentava-se justamente ao se completar a sistematização do conjunto de símbolos e ritos republicanos da Nova Granada. Estavam em jogo a autonomia e integridade territorial da Província, e uma facção da elite local passava à oposição ao governo central. O apelo à religião, além de tornar mais claras para a população as distâncias entre os projetos políticos, certamente contribuía para a manutenção de grandes distâncias culturais e identitárias entre Popayán e Bogotá.

O exame desta série de juramentos públicos confirma a tese da ausência de uma consciência nacional neogranadina em Popayán; mas não confirma a tese de Hans-Joachim König acerca da generalização da fórmula republicana de tratamento por

excelência, o título de cidadão, que aparece em apenas 02, entre 46 juramentos.

Concluo indicando a direção para a qual encaminho a seqüência de minha pesquisa: há um importante conjunto de matérias relativas a festas, em geral religiosas, publicadas em Bogotá pelo semanário *El Catolicismo* em sua primeira fase, de 1849 a 1860. Em resposta à radicalização liberal (na Nova Granada e na Europa), a imprensa católica não preconizava apenas a defesa das tradições, mas também contrapunha ativa e criativamente a sua versão do passado histórico e dos grandes vultos da Independência, criava novas festas e estabelecia ainda o perfil do professor de História¹⁴. Alguns dos principais literatos colombianos dos meados do século foram colaboradores regulares de *El Catolicismo*, como José María Vergara y Vergara, autor da crônica “La Semana Santa en Popayán”, de 1858. Este autor, cuja biblioteca constitui um fundo especial da Biblioteca Nacional, pode ser visto como um pesquisador do folclore nacional, perfeitamente contemporâneo dos irmãos Grimm na Alemanha e da ofensiva anti-liberal do Vaticano.

Este é também o momento de expansão da imprensa e da literatura impressa, processo decisivo na conformação da nação como uma “comunidade imaginada”, segundo Benedict Anderson. Vimos até aqui como as festas cívicas, que podem ser tidas como tentativas não muito bem sucedidas de representação do conceito iluminista de “nação-contrato.” Tratarei de discutir se, pelos meados do século, frente à radicalização popular e ao esvaziamento da proposta liberal de construção da nação, a ofensiva cultural da intelectualidade católica terá logrado maior êxito na tentativa de representar com as festas tradicionais, sobretudo religiosas, o conceito romântico de “nação-instinto”.

NOTAS

¹ NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux”. In *Les lieux de la mémoire*. t. I *La République*. Paris, Gallimard, 1984, p. XXI.

² OZOUF, Mona. “A Festa: sob a Revolução Francesa”. In LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, pp. 216-232.

- ³ AULARD. *Le culte de la Raison et de l'Être Suprême*, 1892.
- ⁴ MATIEZ. *Les origines des cultes révolutionnaires*, 1904.
- ⁵ OZOUF, Mona. *La fête révolutionnaire. 1789-1799*. Paris, Gallimard, 1976, p. 340.
- ⁶ Em memória de Alcir Lenharo.
- ⁷ ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989.
- ⁸ HOBBSAWN, E. *A invenção das tradições*. (Em colaboração com Terence Ranger; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- ⁹ Bogotá, Banco de La República, 1994 (a edição alemã é de 1988).
- ¹⁰ *Idem*, pp. 42-32.
- ¹¹ TIRADO MEJIA, Alvaro. "El Estado y la Política en el siglo XIX". In *Nueva Historia de Colombia*. Planeta, Bogotá, vol. 02, 1984, pp. 157-158.
- ¹² *Libro en que se han asentado las diligencias de posesión de empleados en los años de 1830 y 34*. Archivo General del Cauca, 1830, pacote 20, maço 09.
- ¹³ POSADA GUTIERREZ, Joaquín. *Memorias Histórico-Políticas*. Medellín, Bedout, 1971, t. II, pp. 454-456 e 458-459.
- ¹⁴ *El Catolicismo* vol. 02 nº 24, 15/10/1850, pp. 211-212, "Importancia de la educación en el siglo 19. XI. El profesor de Historia"; vol. 02, nº 25, 19/11/1850, pp. 218-219, "Importancia de la educación en el siglo 19 XI. El profesor de Historia"; vol. 03, nº 26, 15/11/1850, pp. 227-228, "Importancia de la educación en el siglo 19 XI El profesor de Historia" [conclusão].